

tão, Célia dos Santos Nunes, por possuir a experiência profissional, o perfil, a competência técnica e a aptidão mais adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — Assim, nos termos do estatuído nas disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º e nos n.ºs 9.º e 10.º do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, designo a licenciada Célia dos Santos Nunes, técnica superior do mapa de pessoal da Reitoria da Universidade de Lisboa, para o cargo de Chefe de Divisão de Arquivos e Sistemas de Informação da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, renováveis por iguais períodos de tempo, com efeitos a 1 de fevereiro de 2019.

3 — A designada fica autorizada a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

4 — A nota curricular da designada vai anexa ao presente despacho.

21 de janeiro de 2019. — O Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, *David Xavier*.

### Nota curricular

Nome: Célia dos Santos Nunes.

Naturalidade: Lisboa.

Habilitações Académicas e Literárias: Licenciada em Informática de Gestão pela Universidade Autónoma de Lisboa.

Categoria: Especialista de Informática.

Experiência Profissional:

Nomeada em regime de substituição para o cargo de Chefe de Divisão da Divisão de Arquivos e Sistemas de Informação do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (Despacho n.º 10732/2017, de 11 de dezembro), com efeitos a 1 de dezembro de 2017, cargo que exerce de momento;

Exerceu funções de Coordenadora do Núcleo de Gestão de Sistemas de Informação, da Área de Aplicações e Sistemas de Informação, do Departamento de Informática na Reitoria da Universidade de Lisboa — Serviços Centrais, desde 1 de março de 2016 até 30 de novembro de 2017;

Exerceu funções de Dirigente Intermédio de 3.º Grau em Regime de Substituição, do Núcleo de Gestão de Sistemas de Informação da Área de Aplicações e Sistemas de Informação do Departamento de Informática dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa, desde 13 de novembro de 2013 até 29 de fevereiro 2016;

Exerceu funções de Coordenador no Núcleo de Planeamento e Análise de processos, da Área de Sistemas de Informação dos Serviços Tecnológicos da Universidade de Lisboa;

Exerceu funções de coordenação dos Grupos de Apoio Técnico às aplicações Financeira, Recursos Humanos e Académica;

Desempenhou funções de consultadoria em várias entidades privadas; Exerceu funções de conceção, desenvolvimento e implementação de soluções informáticas para seguros;

Prestou serviços no departamento de Informática na Companhia de Seguros Império;

Estagiária na TAP, Transportes Aéreos Portugueses no Serviço de Engenharia de Sistemas da Direção de Informática e Telecomunicações;

Tem participado em vários cursos de formação de que se destacam diferentes «Certificados», em que obteve aprovação.

312000379

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E JUSTIÇA

Gabinetes do Primeiro-Ministro e da Ministra  
da Justiça

### Despacho n.º 1377/2019

Considerando que a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais é dirigida por um diretor-geral, coadjuvado por três subdiretores-gerais, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus, respetivamente, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 61/2016, de 12 de setembro, e pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, e dos artigos 4.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 63/2012, de 9 de novembro;

Considerando que o provimento do cargo de diretor-geral de Reinserção e Serviços Prisionais é levado a efeito mediante despacho do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área da justiça, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, conjugado com as pertinentes disposições da correspondente lei orgânica, designadamente, o n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro;

Considerando a cessação de funções do licenciado Celso José das Neves Manata, a conseqüente necessidade de proceder à sua substituição e obtida que foi a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, procede-se à designação, em comissão de serviço, do titular do cargo de dirigente de nível superior, de 1.º grau, *infra* identificado, que reúne os requisitos de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação legalmente exigidos, conforme é demonstrado pela síntese curricular publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

Nestes termos e com estes fundamentos, designa-se:

I — Para o lugar de diretor-geral de Reinserção e Serviços Prisionais, previsto nos artigos 4.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 63/2012, de 9 de novembro, o licenciado **Rómulo Augusto Marreiros Mateus**, Procurador da República.

II — O designado fica autorizado a optar pelo vencimento base de origem, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, e do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro.

III — O presente despacho produz efeitos a 1 de fevereiro de 2019.

31 de janeiro de 2019. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

### Nota Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Rómulo Augusto Marreiros Mateus.

Naturalidade: Luanda, Angola.

Data de nascimento: 25.07.1962.

Habilitações académicas:

Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, em 1985

Situação atual:

Procurador da República nos Juízos Criminais Centrais de Lisboa

Atividade profissional:

Desempenha funções como Procurador da República nos Juízos Criminais Centrais de Lisboa desde 24 de junho de 2018 até à atualidade.

De 14 de junho de 2013 a 14 de junho de 2018, exerceu funções como Procurador da República no Kosovo, ao Serviço da European Union Rule of Law Mission in Kosovo, Eulex.

De dezembro de 2009 a 13 de junho de 2013 foi coordenador da equipa do Ministério Público no Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa.

Entre maio de 2009 e dezembro de 2009 desempenhou funções como Procurador da República nos Tribunais Criminais de Oeiras e Cascais.

De 16 de maio de 2002 a 2 de maio de 2009 desempenhou funções como Inspetor-Coordenador no Serviço de Auditoria e Inspeção da Direção-Geral dos Serviços Prisionais.

Entre 1990 e maio de 2002 desempenhou funções como procurador-adjunto nas comarcas de Avis, Nisa, St. do Cacém e Vila Franca de Xira.

Entrou em 1986 como Auditor de Justiça no Centro de Estudos Judiciários.

Formação profissional:

Perito nacional ao Conselho da Europa e membro do Committee of Experts on Remand in Custody and its Implications for the Management of Penal Institutions, Estrasburgo (2002/2005); membro do grupo responsável pela redação do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e do Regulamento dos Estabelecimentos Prisionais, no seio da Direção-Geral dos Serviços Prisionais (2003-2009); membro da delegação portuguesa ao European Project Grotius Penal II, com conferências em Catânia (Sicília), Cracóvia (Polónia) e Portimão, sobre crimes económicos e ciber criminalidade (2003); perito nacio-

nal ao European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, corresponsável pela redação do questionário «Alternatives to Imprisonment Targeting Drug Using Offenders», Group Pompidou, Lisboa (2003/2005); participou na «European Conference on Quasi-Coerced Treatment and Other Alternative to Imprisonment», Pompidou Group, Bucareste (outubro de 2007); participou no Study Tour for Countries of Portuguese Language on Prevention and Repression of Drug Trafficking, United Nation Office on Drug and Crime, Lisboa (outubro de 2007); integrou a equipa portuguesa ao Fourth Periodic Report of Portugal to the United Nations Committee Against Torture, Genebra, em representação da Direção-Geral dos Serviços Prisionais (novembro de 2007); participação Support to Prosecutors in South-Eastern Europe, Proseco Regional Project, Lisboa (julho 2009); convidado para participar nas Jornadas de Direito Penal e de Direito Processual Penal, da Universidade Autónoma de Lisboa, em maio de 2011, tendo-lhe sido atribuído o tema «A modificação da execução da pena de prisão e o direito à liberdade na sua execução».

312030932

## NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

### Despacho (extrato) n.º 1378/2019

Considerando a alteração das unidades orgânicas flexíveis da Direção-Geral de Política Externa, efetuada pelo Despacho n.º 10964/2018, de 8 de novembro de 2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 26 de novembro de 2018,

Considerando a inexistência de disposição legal que possibilite a manutenção da designação, em regime de substituição, da titular do cargo dirigente referente à extinta unidade orgânica flexível Divisão dos Assuntos do Mar, dos Assuntos Multilaterais Económicos e Financeiros do Desenvolvimento, da Agricultura, da Saúde e do Trabalho, como sucede no caso em que o provimento é em comissão de serviço, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro,

Considerando a necessidade de garantir o normal funcionamento dos serviços e a consolidação da estrutura aprovada para prossecução das competências da Direção-Geral de Política Externa,

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º daquela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, prevê que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de ausência ou impedimento do respetivo titular quando se preveja que estes condicionalismos persistam por mais de 60 dias ou em caso de vacatura do lugar,

Ao abrigo do n.º 9 do artigo 21.º e do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e no n.º 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro, conjugado com o artigo 14.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2012, de 19 de janeiro, nas redações vigentes,

Por despacho do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 11 de dezembro de 2018:

1 — Foi designado, em regime de substituição, Chefe de Divisão dos Assuntos Multilaterais Económicos e Financeiros do Desenvolvimento, do Desenvolvimento Sustentável, das Migrações, da Agricultura, da Saúde e do Trabalho da Direção-Geral de Política Externa Ana Paula Rodrigues Dias Molina, técnica superior do mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a qual possui todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo.

2 — O referido despacho produz efeitos a partir de 1 de novembro de 2018.

21 de janeiro de 2019. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

312000257

### Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

#### Despacho (extrato) n.º 1379/2019

Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 14 de setembro de 2018, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 18.º do Regulamento Consular, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2009, de 31 de março, é a Senhora Paula Gouveia de Almeida Sullivan nomeada para o cargo de Cônsul Honorário de Portugal em Wellington, Nova Zelândia, dependente do Consulado Geral de Portugal Sidney.

17 de janeiro de 2019. — O Diretor-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, *Júlio Vilela*.

312003781

## NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DEFESA NACIONAL

### Gabinetes dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional

#### Portaria n.º 128/2019

Manda o Governo, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 1.º, dos artigos 2.º, 5.º, 6.º e 7.º, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de novembro, o seguinte:

1 — Nomear o 03425991 Tenente-Coronel de Infantaria António da Silva Cardoso para o cargo «OLC PAX 0010 — SECTION HEAD (ASSESSMENT)», no Land Command Headquarters (LANDCOM), em Izmir, Turquia, em substituição do 04067889 Tenente-Coronel de Cavalaria José Carlos da Silva Mello de Almeida Loureiro, que fica exonerado do cargo a partir da data em que o militar ora nomeado assuma funções.

2 — A duração normal da comissão de serviço do referido cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste ao seu decurso normal.

3 — A presente portaria produz os seus efeitos desde 30 de novembro de 2018.

21 de dezembro de 2018. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Augusto Ernesto Santos Silva*. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterton Gomes Cravinho*.

312012934

## FINANÇAS

### Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento

#### Despacho n.º 1380/2019

A seu pedido e no e no uso da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 843/2019, de 7 de janeiro de 2019, do Ministro das Finanças, exonero das funções de Coordenador da Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental, o licenciado André Vieira Ribeiro Marçalo, com efeitos a 1 de janeiro de 2019.

É com inteira justiça que presto público louvor e agradecimento ao licenciado André Vieira Ribeiro Marçalo, que exerceu as funções de Coordenador da Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental com elevado profissionalismo e dedicação. Pela lealdade, espírito de sacrifício e generosidade demonstradas é inteiramente legítimo deixar-lhe este público louvor.

22 de janeiro de 2019. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*.

312003368

### Autoridade Tributária e Aduaneira

#### Aviso n.º 2207/2019

Por despacho de 08/06/2018 da Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, e na sequência dos pareceres favoráveis do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras na categoria e carreira técnica superior dos trabalhadores a seguir identificados, com efeitos a 01/01/2018, nos termos do disposto no artigo 99.º-A aditado à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06, pelo artigo 270.º da Lei n.º 42/2016, de 28/12:

Número func.	Nome
18344	Adalberto Jesus Gomes Rodrigues.
18414	Ana Maria R. Barata Garcia.
19926	Ana Maria S. Rola Barata.
18380	Ana Paula R. Pena Severino.
19987	Anabela Gomes Rodrigues.
19493	António Luis Curado Freitas.
20503	Carla Maria Abrantes Santos.
19496	Carla Maria F. Almeida Lopes.